

Patrício Batsikama

DESPODER EM ANGOLA - 1975-2012

ANTI-POUVOIR EM ANGOLA 1975-2012.

RÉSUMÉ: Entre 1975 et 2012, la République d'Angola a été construite en trois phases: (i) deux républiques parallèles; (ii) guerre civile et tentative des accords et de protocoles; (iii) l'institutionnalisation de l'Etat de droit sans justice sociale. Si nous définissons "Anti-Pouvoir comme une crise épistémologique de la relation commandement/obéissance", nous trouvons trois langages du discours social angolais: langage de l'élite politique; langage de l'élite intellectuelle; langage du peuple humble. De ce dialogue, on se rend compte qu'il existe une mise en forme de la conscience d'appartenir au même espace et, surtout, un cri égalitaire dans la répartition des opportunités. Cet article analyse les désaccords de ce dialogue en tant que moyen de percevoir les problèmes sociaux qui impliquent les peuples – détenteurs des discours susmentionnés – dans le propos de trouver des réponses historiques possibles. Ils serviront de base pour interpréter le ton de la conscience collective dans la construction de l'Angola en tant qu'État de Droit.

MOTS-CLÉS: Angola; Pouvoir; Dialogue Social; Démocratie.

RESUMO: Entre 1975 e 2012 a República de Angola construiu-se em três fases: (i) duas repúblicas paralelas; (ii) guerra civil e tentativa de Acordos e Protocolo; (iii) institucionalização de Estado de Direito sem justiça social. Se definimos o "Despoder como crise epistemológica da relação mandar/obedecer", encontramos três linguagens num discurso social angolano: discurso da Elite política; discurso da Elite intelectual; discurso do Povo humilde. Desse diálogo, percebe-se que esteja em formação a consciencialização de pertencer à um mesmo espaço e, sobretudo, o grito igualitário na distribuição das oportunidades. O presente artigo faz apreciação das discordâncias deste diálogo como forma de perceber as questões sociais que envolvem as pessoas – detentoras dos discursos acima referenciados – na ânsia de encontrarmos possíveis respostas históricas. Elas servirão de base para interpretar a tonalidade da consciência coletiva na edificação de Angola enquanto o Estado de Direito.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Poder; Diálogo Social; Democracia.

DESPODER EM ANGOLA - 1975-2012

Patrício Batsíkama¹

O tema que propomos permite olhar a “História política de Angola” como múltipla consciência dos angolanos, e escolhemos a época entre 1975 e 2012 devido às fontes e análise de dados das nossas pesquisas no campo. Num primeiro ponto, tentaremos definir o que entendemos por “despoder”. No segundo, olharemos Angola 1975 e 2012. Isto é, dividimos esse tema em três pontos: (i) “despoder no nascimento da República de Angola: 1975-2012”; (ii) reprodução do Despoder pela Elite sociocultural; (iii) *kandongueiro*: um Congresso itinerário. O último ponto consistirá à uma releitura analítica dos dois primeiros pontos pelo povo.² Mas antes de tudo, tentaremos definir o Despoder no sentido que é aqui utilizado. Esse tema – polémico e transversal, na verdade – não pode ser concluído por apenas um pesquisador. Por isso, a nossa conclusão é constituída de mais perguntas do que afirmações.

DESPODER: DEFINIÇÃO

Podemos definir o *Despoder* servindo-se de duas vias. A primeira é “definir o Despoder a partir do Poder”. A segunda é “perceber o Poder a partir de Estado ou do Anti-Estado”. Desta discussão tentaremos definir o *despoder*.

Max Weber definiu o Poder como uma relação entre A e B, onde o primeiro comanda e o segundo executa. Émile Durkheim identifica os alicerces valorativos da sociedade, e percebeu-se que a ordem nasce nos aspectos coercivos: o Poder é coercivo. Pierre Bourdieu desenvolveu os dois primeiros conceitos e situa a origem do Poder nas estruturas mentais que compõem os espaços e o *habitus* de cada espaço pelo que a relação dos espaços sociais *permitem* a relação de comandar e obedecer. Guiddens redefine primeiro a sociedade e faz uma revisão da “coerção estrutural”, “aspectos coercivos” e “coerção física”. Isto é, o PODER é o controle dos pressupostos que definem o comportamento dos indivíduos.

Passamos a segunda via que tem duas possibilidades: (i) Estado; (ii) Anti-Estado. Para Hans Kelsen, o Estado é legitimado pela *lei*, que é “norma jurídica” que determina o comportamento dos *cidadãos* advertindo sanções. Isto é, a “coerção jurídica” funda-se em dois

¹ Historiador | antropólogo

Director do CEICA/ISPT Centro de Estudos e Investigação Científica Aplicada (CEICA) do Instituto Superior Politécnico Tocoísta (ISPT), Luanda – Angola.

² Numa amostra aleatória escolhida de várias localidades de Luanda, Benguela e Uige, e durante vários anos: 2006-2012.

momentos: os conceitos jurídicos materiais são subalternos; aperfeiçoamento histórico do Estado, na óptica legalista. Daí, a autoridade e soberania do Estado. Realçar que H. Kelsen difere Direito e Estado, onde a autolimitação do Estado pelo Direito é um pensamento jurídico-político que faz do Estado um Poder detrás do Direito”. Hannah Arendt tem uma teoria complementar sobre a *condição humana* sobre o *labor* e o *trabalho* que – quer em matéria do Direito público, quer na dos *direitos subjectivos* (Direito privado) – posiciona os indivíduos no seu relacionamento e reconstrução permanente da sociedade na base da produção e consumo.

O anti-Estado pode se perceber de várias maneiras, mas iremos acautelar as teorias supracitadas, para manter alguma coerência. No cenário do Estado, o Poder emana da consagração jurídica da “coerção política”, mas o Direito limita e repugna toda arbitrariedade que atenta a *ordem* que preserva a “Moralidade social”. Daí, temos aqui dois olhares: (i) as teorias à volta da Comuna de Paris; (ii) as teorias sobre “O Poder na rua” com diferentes morfologias da manifestação nos dias de hoje segundo Noam Chomsky. O aperfeiçoamento histórico com base da revolução indica-nos três teorias sobre a revolução: democrática-burguesa, permanente e Nova Democracia. Noam Chomsky legitima a desobediência civil como forma de protestar as arbitrariedades que lesam a Moral social. Por um lado, as teorias da revolução alimentam a ideia da “negação do Estado”, da “destruição” do Estado que conduziu a “ditadura do Proletariado”. Chamamos a isso, Anti-Estado.³ Por outro, as teorias de Noam Chomsky para legitimar a *desordem* versam em dois pressupostos: *liberdades invioláveis* dos indivíduos e a dinâmica social da sociedade aberta contra um Estado legalista instituída pela Elite.

Então, o que seria o *despoder* à luz da discussão modesta que resumimos? Há duas definições quase paralelas que nos precederam. A primeira pressupõe que seja a “desgovernança” num olhar legalista. Quer dizer, traz a ideia de falta de controlo ou ausência da administração por um lado. Por outro, conduz-nos à ideia do desequilíbrio e da insegurança. A segunda leva-nos à “uma Administração imoral” ou a um “governo irracional” por se efectivar fora dos padrões da relação comandar/obedecer ou além dos parâmetros da “Velha Ordem”. Por isso, definimos o *Despoder* como crise epistemológica da relação comandar/obedecer, cujas causas podem ser, por um lado na visão jurídica-política do Estado ou, por outro lado, na visão filosófica das liberdades individuais que ripostam a imoralidade ou irracionalidade da *ordem existente*.

DESPODER EM ANGOLA: 1975-2012

³ A Comuna de Paris era tido como o “centro político”, isto é, Estado. E a tipologia de sublevação popular e a morfologia social da revolução negaram o modelo do Estado.

1975: o romantismo da independência

Entre 1975 e 2012 três momentos históricos com ruptura são notórios: (1) 1975 representa o início da República de Angola; (2) 1992 representa uma ruptura no modelo de Estado em Angola; (3) 2002-2012 marca o longo período do nascimento do Estado de Direito em Angola. Faremos uma releitura sobre esses três períodos de forma separada. Em 1974, a Revolta de Cravos levou Portugal a negociar com os movimentos nacionais da Libertação, nomeadamente: (i) com a UNITA no dia 14 de Junho de 1974, no Leste de Angola; (ii) com a FNLA no dia 15 de Outubro em Kinshasa; (iii) com o MPLA no dia 21 de Outubro de 1974, no Leste de Angola. Nota-se algumas precipitações em dois aspectos:

(1) Portugal quer organizar-se, ciente de que as independências africanas eram inevitáveis, por isso se interessa mais no cessar-fogo e posteriormente nos acordos de Alvor, sem se importar tanto das divisões estruturantes entre os movimentos angolanos (MABEKO-TALI, 2018, p. 452-456) (que aliás não lhe dizia respeito); (2) a geografia político-militar da Luta de Libertação em 1974 parece pouco vantajosa para um (TISCAR, 2017, p. 170; SAVIMBI, 1979, p. 36-37, 56-57), vantajosa para outro e muito proveitoso para o terceiro (MABEKO-TALI, 2018, p. 398-400): semente da guerra civil (WHEELER; PELISSIER, 2016, p. 357-362). Esses capitais são interpretados da maneira como os signatários se comportaram nas conversas preliminares⁴ e, definitivamente, na assinatura dos Acordos de Alvor.

Esses acordos conduziram ao primeiro *Despoder* coletivo que geralmente chamamos Acordos de Alvor. Se analisamos, por exemplo, esse documento legal (a versão em nossa posse)⁵ que predefiniu o nascimento do Estado independente de Angola, notamos várias irregularidades. Pela arrumação das rúbricas nos Acordos de Alvor e pela análise das Actas dos trabalhos preliminares, existia uma certa irresponsabilidade na parte dos signatários angolanos, ao deixar que os portugueses dominassem as discussões e redigissem quer os acordos quer outras propostas jurídicas que antecederam “11 de Novembro”. Vamos citar apenas duas:

(1) Os Acordos de Alvor terá sido uma *iniciativa e urgência* de Portugal que apanhou desprevenidos os movimentos da Libertação de Angola: (i) Portugal pós-25 de Abril (QUEIROZ, 1978, p. 13, 15, 21-22; SAVIMBI, 1979, p. 11; NGANGA, 2008, p. 103, 107-109); (ii) Angola independente, mas portuguesa (CORREIA, 1996, p. 124-127; SÁ, 2011, p. 141-147, 149-151; STOCKWELL, 1979, p. 53; KISSINGER, 2003, p. 701, 703, 706; ROCHA, 2002, p. 371); relação bilaterais entre Portugal e Angola (ROCHA, 2002, p. 115, 117; CORREIA, 1996, p. 223, 225): será por isso que, segundo o Artigo n.º 4 dos

⁴ANTT/EMA-003: conversas do dia 12 de Janeiro de 1975 entre os representantes da FNLA, MPLA e UNITA.

⁵ Arquivo Torre do Tombo. Quer dizer, a versão portuguesa.

Acordos de Alvor, a proclamação da República de Angola seria pelo Presidente de Portugal?

(2) Falta de pragmatismo político dos líderes dos movimentos, e o romantismo da independência que se verificou com os Acordos de Nakuru: (i) “acelerar a formação do Exército nacional” entre 21 de Junho e 11 de Novembro de 1975⁶ era, na verdade, uma quimera política; (ii) “desarmar a população civil...” sem antes garantir a segurança social não era socialmente possível; (iii) realizar o censo para “legitimar” os eleitores era uma operação sem fundo nem capacidade humana, nem tão pouco as condições logísticas para efeito existiam.

Essa cimeira identificou afortunadamente os principais problemas que, em tese, vieram caracterizar a guerra civil angolana entre 1975-2002. Nota-se dois sentimentos nos signatários: (i) *salvar a Nação*; (ii) *tomar a Nação*. São dois sentimentos contrários que, a partida, não convergiam às ideologias nem aos programas cristalizados pelas idiossincrasias da história de cada movimento. Os arranjos de Nakuru identificaram sintomas e anomalias que – caso os independentistas tivessem acautelado a “inevitabilidade” de 11 de Novembro – poderiam precaver muita coisa, mas dificilmente evitariam a guerra civil. Vamos tentar ver essa questão com bisturi teórico.

“Salvar a Nação” é a *condição humana* (ARENDDT, 2001, p. 43-51)⁷, pelo que foi um sentimento dos independentistas com fins de edificar um aparelho administrativo de um Estado angolano funcional e evitar um Estado falhado, como se verificava com alguns países africanos (NKHRUMA, 1973). Mas as configurações do Estado divergiam na perspectiva de cada signatário. A inseminação da *guerra fria* nas “estruturas mentais” que articulava as ideologias independentistas não encetava grandes oportunidades de um Estado angolano estável (KISSINGER, 2003, p. 709; CORREIA, 1996, p. 225; PORTER, 1988, p. 153-157). “Tomar a Nação”: o Poder é o objetivo de qualquer formação política que dispõe de ferramentas materiais e imateriais para concretizá-lo. A luta de Libertação semeou divergências profundas em três aspectos: visão da sociedade; programa político assente nas culturas e forças identitárias do povo; construção das riquezas e participação da sociedade civil (diferenciada das ideologias políticas). As divergências programáticas pouco esperavam uma Angola estável pelo clima de tensões ideológicas (guerra fria).

As duas disposições (*salvar a Nação*; *tomar a Nação*) poderiam ser concretizadas através das eleições (artigos n^{os} 40^o, 41^o, 42^o, 43^o e 44^o). Infelizmente, não existiam condições materiais reais num Governo de Transição não-funcional, nem sequer se verificava uma preparação psicológica na parte do Povo que, uns e outros, olhavam-se como estranhos e acusando-se

⁶ Entre 1991 e 2002, as FAA têm-se passado por metamorfoses significativas da sua integridade nacional ainda visíveis em 2018. Ora, se as FAA duram 27 anos para se compor, como seria possível criar um Exército Nacional em escassos meses?

estranhamente protagonizando ações hostis uns contra os outros (BATSÍKAMA, 2016). As mobilizações partidárias não estimulavam o discurso da Nação inclusiva, contrariamente ao acordado. Dito de outra maneira, parece que os acordos de Nakuru tenham identificado alguns problemas estruturantes, mas a *pressa circunstancial* não preveniu os conflitos pós-11 de Novembro com pragmatismo. O romancismo da independência no *inadiável dia* 11 de Novembro terá cegado de maneira significativa os signatários, além de ter ocultado à política angolana os problemas de fundo que estiveram na base das perturbações da sociedade angolana.

Concluimos nesse aspecto que o dia 11 de Novembro de 1975 foi um momento espectacular do *despoder*: (1) em Luanda, Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola; (2) no Huambo, Jonas Savimbi festejou a República Democrática no Huambo; e em Ambrizete, Holden Roberto providenciou algumas atividades comemorativas. Isto é, os angolanos são legatários de querer uma *só Nação* sem, portanto, despartidarizar sua compreensão de pertença (cidadania) ou sua metodologia de construção de espaço comum: Estado-nação. Esse legado está bem patente nos dois acordos que projetaram o *nascimento da República* de Angola, de maneira que a longa guerra civil – como se verá adiante – cimentou a ideia de *despoder* e reproduziu-se de diversas maneiras e em vários setores da vida social, económico e cultural: politização da ideia de Nação.

Entre 1975 e 1979 operaram-se dois fatos que, se podemos considerá-los de manifestações do *despoder*, a verdade é que apresentam uma ruptura ideológica das aspirações que estiveram no seio da formatação da República de Angola, quer pelo MPLA que se assume como Governo, quer pela UNITA que tenta conquistar o Poder pela força.⁸ Durante esse tempo verificou-se a politização da sociedade angolana: “os da cidade” são identificados ao MPLA (*bourgeoisie*), e “os do mato” são conquistados pela UNITA (BIRMINGHAM, 1995; MESSIANT, 2008) (que opera junto dos camponeses) (MUEKALIA, 2010). A topografia político-social era enganadora: (1) Primeiro fato foi: fracionismo no MPLA que culminou com “27 de Maio de 1977” e, posteriormente, na criação de “MPLA-PT” numericamente reduzido (MABEKO-TALI, 2019); (2) Segundo fato foi: invasão da SADF (South Africa Defense Forces) que criou robustez na UNITA (HEYWOOD, 1989, p. 49 – 50) e no início de desmandos do seu líder (PUNA, 2019). Por um lado, milhares de angolanos foram mortos por possuir “capital académico” e, por outro, Angola não deu respostas concretas aos desafios do desenvolvimento económico e social. As estruturas do Poder (entenda-se aqui o Governo) tanto quanto na UNITA cederam aos apoios externos (HEITMAN, 1990), mas não corresponderam ao capital cultural dos

⁷ (*Polis* e Família).

seus dirigentes. Advoga-se que o capital cultural e acadêmico dos dirigentes (quer do Governo quer da UNITA) como insipiente (HODGES, 2002). O Governo terá absorvido a mão-de-obra qualificada junto da FNLA e não só (depois da Política de clemência em 1979).

Em consequência, verificou-se um período de estagnação interna, apesar do preço do petróleo alterar positivamente, que coincidiu com a explosão demográfica de mão-de-obra estrangeira.

A - Multipartidarismo sem Estado

Passamos agora ao multipartidarismo e a guerra civil urbana em Angola: 1992. Há três momentos que configuram 1992: (1) Batalha de Kuito Kuanavale, em 1987-1988; (2) Os acordos de Nova Iorque, em 1998-1990; (3) as eleições de 1992 cujos a divergência na apreciação dos resultados despoletou a guerra civil. De acordo com os arquivos americanos, no dia 3 de Dezembro de 1975, o Presidente americano Gerald Ford e o Secretário de Estado, Henry Kissinger tiveram uma conversa com o vice-presidente chinês Lee Teng-hui acerca deste país africano.⁹ Desta conversa foi decidido que África do Sul seria instrumentalizada para desestabilizar a região meridional de Angola. Também o Zaire (atual RDC) foi lançado para a mesma missão, mas na parte setentrional.¹⁰ Zambia e o Atlântico seriam as falsas esperanças política e económico quando, na verdade Angola viveria um “inferno social” que levaria o povo a odiar-se mutuamente.

A República Popular de Angola proclamada beneficiou do reconhecimento internacional (OUA, ONU), embora a FNLA e UNITA tenham sido apoiadas por magnatas ou financiados por governos ocidentais. A dada altura, a UNITA superou a FNLA em termos de força. Daí, a UNITA associou a sua *revolução* ao povo camponês/rural e desta forma ganhou uma popularidade forte e construiu a tese segundo a qual o “Governo de Luanda” seria dos minoritários. Essa tese “legitimou-lhe” fazer guerra. Mas foi na Batalha de Kuito Kuanavale que as coisas seguiram outro destino, visivelmente à favor dos Angolanos. Em termo de Direito

⁸ Deixamos claro que na sua linha política, a UNITA justifica essa luta como sendo a manifestação da consciência dos angolanos camponeses explorados pela “bourgeoisie de Luanda”.

⁹Essa conversa sobre o olhar americano sobre Angola começou, de forma pertinente, na reunião realizada na sexta-feira, dia 27 de Junho de 1975. Os presentes na reunião eram: (1) o presidente americano Gerald Ford e o seu assistente Sr. Donald Rumsfeld; (2) secretário de Estado, Henry Kissinger e o seu secretário Robert S. Ingersoll; (3) secretário de Estado da Defesa, James Schesinger e o seu secretário William Clements. Também estiveram presentes o general Brent Scowcroft e Harold E. Horan.

¹⁰ Mobutu pronunciou-se, no dia 16 de Outubro de 1978, em Luanda: “aquando da sua estadia (do presidente Agostinho Neto) em Kinshasa em 19 de Agosto último, eu pude declarar que os 2600 quilómetros que constituem a nossa fronteira comum, deveriam ser, antes de mais, um longo cordão de fraternidade, de entendimento e da paz” (CONCEIÇÃO, 1999).

Público Internacional, A África do Sul invadia Angola numa guerra não declarada cujas operações realizadas deploravam o estado de soberania da República Popular de Angola. A invasão territorial de Angola enquanto guerra militar-diplomática¹¹, tal como vários fundos arquivísticos mostram hoje, era obra dos E.U.A e não só, almejava levar a RPA à uma condição de Estado falido com propósitos específicos.

A Batalha de Cuito Cuanavale ocorreu efetivamente entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março de 1988. As Forças Armadas para Libertação de Angola – FAPLA contaram com o apoio dos cubanos e lutaram contra as FALA (o Exército da UNITA) apoiadas pelas SADF (Exército Sul-Africano). Se as FAPLA lutavam legitimamente para garantir a soberania de Angola, por outro as FALA lutavam para libertar totalmente Angola. Foi disseminada no povo camponês a ideia de que o Governo de Luanda era ilegítimo. A UNITA informava o povo que era Governo dos estrangeiros, por um isso uma nova luta de libertação teria mais sentido para justificar a guerra civil (MUEKALIA, 2010). Os 32 fatos principais registrados por nós, podemos dizer o seguinte: (i) 19 fatos favorecem a vitória das FAPLA; (ii) os 6 fatos indicam que as FALA alcançaram com êxito as suas ações; (iii) cerca de 7 fatos são tidos como êxito quer para República Popular de Angola, quer para UNITA. Inversamente, das 29 operações significativas, temos a seguinte leitura: (i) Governo da RPA reconhece 12 tentativas das FALA/SADF frustradas; (ii) FALA reconhecem 3 tentativas frustradas (das catorze realizadas); (ii) SADF apontam a presença cubana como empecilho pelo fato das FAR ter frustrado 54 das 63 manobras militares; (iii) cerca de 9 ações são indefinidas.

Em termos de perdas humanas, a recolha de vários jornais – Jornal de Angola, The Star, Le Monde, Reuters, Washington Post, etc. –temos a seguinte tabela (por completar): (i) Governo: 2.043 vítimas militares, cerca de 4.300 vítimas civis; 301 FAR cubanos e 12 militares soviéticos mortos; (ii) UNITA: cerca de 3.200 vítimas militares. Cerca de 3000 pessoas são estimadas desaparecidas. Esses dados são muito próximos daqueles que publicam as agências americanas de inteligências (NSC, Pentágono, CIA, etc.). Como fecho desta Batalha estratégica foi a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, no dia 22 de Dezembro de 1988, e com isto novas configurações políticas se verificam posteriormente na região.¹² Com a complexidade desta guerra angolana, no dia 4 de Maio de 1989, Herman Cohen¹³ afirmava perante o Senado

¹¹Para se perceber o plano americano: Reagan, 2009 (suas démarches sobre Angola antes e depois de “Clark Amendment”); Claphan, 1996 (as desvantagens de Angola no cenário internacional); Roque, 1997 (um livro técnico que apresentava os indicativos socioeconómicos menos animadores para uma Angola enquanto Estado). Aconselhamos, também, o “Memorando Executivo russo”: Johns, 1990. A tese de Valahu confirmava-se, de fato, que Angola seria a *chave de África* (VALAHU, 1966).

¹² Independência da Namíbia, libertação de Mandela e nova era para África do Sul.

¹³ Embaixador de carreira, ele foi nomeado para o cargo de Assistente do Departamento de Estado americano.

americano que a negação de todo o reconhecimento ao Governo do MPLA e o apoio de Washington à UNITA não era a solução. Tudo devia partir da criação das instituições políticas, nas quais ambos devem ser devidamente identificados.

Desta feita, a nova era de Angola passaria pelo pragmatismo dos novos pressupostos da democracia. Por um lado, a RPA aceitaria o multipartidarismo e, por outro, a UNITA deveria desmilitar-se e atuar apenas no terreno político. No dia 6 de Janeiro de 1989, o Presidente eleito nos E.U.A., George Bush, manifestava o seu apoio incondicional a Jonas Savimbi. No dia 24 de Junho de 1989, houve um aperto de mão entre o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA na presença de dezoito países africanos¹⁴ em Gbadolite. No terreno os conflitos continuam até o “Assalto Final” que as FAPLA lançaram no dia 23 de Dezembro de 1989. Os resultados deste “Assalto Final” fizeram perceber a ambos os lados a necessidade de negociar. Mas, já nos encontrávamos no fim da Guerra fria, e assistia-se a democratização (americanização) de várias regiões. Inclusiva, Angola.

A iniciativa de adaptar a Constituição de Angola para multipartidarismo partiu de José Eduardo dos Santos, que teve sérias e inúmeras dificuldades de fazer passar esta ideia no Comité Central marxista-leninista do MPLA:

“Dos Santos *personally* had come to favor changing the constitution to allow for a more pluralist society (as his December 31, 1989 peace plan indicated), but *was constrained* by party ideologues who wanted no deviation from the Marxist-Leninist line. In an effort to promote his agenda, dos Santos convened a series of Central Committee meetings beginning in January 1990 to convince the party hierarchy that peace could only be achieved through a willingness to make concessions on constitutional issues (McCORMICK, 1991, p. 8-9).”

Durante o Congresso do MPLA, a 10 de Dezembro de 1990, o MPLA reiterou o multipartidarismo como uma das vias de construir o Estado Democrático. Dois dias depois, no dia 12 de Dezembro do mesmo ano, o Secretário de Estado americano, James Baker, reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores angolano, Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnem (Loy) no Departamento de Estado Americano. No mesmo dia, na Embaixada da Rússia em Washington, o ministro das Relações Exteriores russo, Eduard Shevardnadze, reunia-se com o líder da UNITA Jonas Savimbi. E, finalmente, no dia 13 de Dezembro todos os participantes se reuniram no Departamento de Estado americano, com as autoridades portuguesas para discutir os conceitos da paz, os tempos limites do cessar-fogo e a data das eleições multipartidárias.

¹⁴Estes países são: Angola, Botswana, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-africana, Chade, Congo-Brazzaville, Gabão, Guiné Bissau, Mali, Moçambique, Nigéria, Ruanda, São-Tomé e Príncipe, Zaire [Congo-Kinshasa], Zâmbia e Zimbábwe. Na arte da Tanzânia esteve presente o vice-presidente, e na parte do Marrocos, aparece o Presidente da Assembleia daquele reino.

No dia 01 de Maio de 1991, Lopo de Nascimento, Primeiro-ministro de Angola, e Jeremias Chitunda, vice-presidente da UNITA retomaram as negociações sobre o cessar-fogo, que se verificou efetivamente no dia 15 de Maio. Finalmente, o presidente de Angola José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA Jonas Savimbi assinaram, no dia 31 de Maio de 1991, em Lisboa, e oficialmente o fim das hostilidades na presença de Javier Perez de Cuellar¹⁵, Aleksandr Bessmertnykh¹⁶, James Baker¹⁷ e Anibal Cavaco Silva.¹⁸

As eleições tiveram lugar e os resultados foram considerados justos apesar de várias anomalias não-comprometedoras, de acordo com a representante da ONU sublinhou Margareth Anstee, em 1991.¹⁹ A UNITA recusou os resultados e retomou a guerra.²⁰ O *poder de Luanda* aceitou os resultados e reassumiu os compromissos acordados. Assistia-se num fenómeno social de grandes ambivalências: MPLA e a República de Angola assumirem o Estado, com tímida presença da UNITA – o que será mais notório com GURN – e a UNITA assumir-se de novo como partido político militarizado.

Durante dez anos Angola viveu momentos críticos de guerra que culminou numa pobreza extrema, destruição dos alicerces económicos e sociais, empobrecimento cultural e anestesia intelectual que comprometa o “devir” de Angola em vários setores e quase todos planos. Em relação ao *despoder* nesse período, é notório que os erros dos Acordos de Alvor e Nakuru foram repetidos quer com Bicesse, quer com Lusaka, de maneira que nem com os Acordos definitivos para Paz em 4 de Abril de 2002 a liderança política angolana tenha concertado os erros (HODGES, 2002, p. 30 – 39).

A. 2002-2012: o nascimento do Estado de Direito

Em 1990 a democracia era irreversível em África, embora se tenha assistido à um verdadeiro teatro aqui e acolá com as guerras pós-eleitorais ao benefício e a depredação das riquezas minerais africanas. Isto é, a guerra ainda era uma moeda de troca, embora posicionaria negativamente qualquer protagonista. Existia um programa definido nos acordos de Bicesse e Lusaka, que a UNITA desrespeitava com a guerra.²¹

¹⁵ Secretário-Geral da ONU.

¹⁶ Ministro das Relações Exteriores.

¹⁷ Secretário de Estado americano.

¹⁸ Primeiro-ministro de Portugal.

¹⁹ A posição de Margareth Anstee não era isolada. Ela baseou-se nas suas observações comparadas com as observações de outros convidados.

²⁰ Havia discursos que realçavam que a UNITA reconhecia os resultados. Havia outros, dizendo o contrário.

²¹ Jonas Savimbi prendeu numa prisão domiciliar o seu secretário-geral, Eugénio Manuvakola. Isso é índice de que não estava realmente interessado na assinatura dos Acordos logo no início.

Com a morte de Jonas Savimbi, em Fevereiro de 2002, abre-se o caminho para efetivação (pragmatismo) dos acordos de Lusaka. Os militares assinam os Acordos de Paz em Luena que culminou na Assembleia Nacional como início de conformidade legislativa. São na verdade dois momentos específicos que concretizam o fim da Primeira República de Angola que se em 1975 nasceu mal, configurou-se com sobressaltos entre 1991 e 2002. O primeiro passo foi, em 2008, com as eleições legislativas que consagrou em 2010 uma Constituição. Em 2012 as eleições Presidenciais iniciavam a Segunda República de Angola, com orientação instituir o Estado de Direito. Se em 2008 o MPLA ganhou as eleições pelo fato dos partidos da Oposição estarem fragilizados, importa salientar que o mesmo partido ganhou as eleições em 2012 pelas novas configurações políticas verificadas. Destas duas experiências, o MPLA organizou “legalmente” o Estado moderno (proclamado na Constituição com responsabilidades nobres). Duas ideias determinaram visão triunfalista do MPLA: (i) modelação jurídico-política do Estado angolano sem real concorrência dos demais partidos políticos, embora muitos destes últimos (senão todos) tenham contribuído significativamente; (ii) a configuração sócio-económica nos diferentes setores contou com atores económicos ligados ao MPLA, com agentes sociais e culturais deste partido, de maneira que a quase ausência dos militantes de outras organizações políticas pressupõe exclusão. Isto é, o MPLA torna-se o real rosto do Poder político-económico, sem concorrência, e assume o empresariado nacional (fornecedor de emprego na sociedade).

Perante esses aspectos, duas respostas imediatas foram visíveis, caso olharmos a definição do *despoder* aqui avançada: (1) Para uma população herdeira da longa guerra e cuja pobreza se verificava em todos os setores, o MPLA triunfalista começou a dissociar-se socialmente do povo que durante todo tempo da guerra defendeu. As maiores riquezas (empresas públicas e privadas) estavam concentradas nas mãos dos militantes do MPLA, quando o povo em si permanecia na pobreza; (2) Já não se verificava trabalho político no seio da população, operou-se o contrário em duas vertentes: (i) ser militante do MPLA significava aproximar-se da elite política/económica e, pela “adulação” e não pelo meritocracia, cada um poderia buscar conforto social; (ii) não-ser do MPLA representava a ideia de desordem, fracasso, derrota e associava-se a humilhação (HODGES, 2002). Mas que a verdade seja dita, nem sempre essa configuração vigorava.²²

Esse ambiente social, política e económico determinou a configuração do Estado de Direito angolano de hoje, construído aparentemente fora das outras forças políticas. Observa-se um excesso triunfalista do MPLA no protagonismo político, económico e social. E, perante aspecto que na verdade terá passado a “sufocar” o povo humilde no seu geral, algumas vozes

²² Essas ideias passaram a ser combatidas pelo Presidente do MPLA mais tarde (em 2018), João Lourenço como forma de moralizar a sociedade.

solteiras e corajosas – que na verdade nunca se calaram – começaram a servir de “refugio psicossocial” daqueles que politicamente não se identificavam com o MPLA. A eles, associaram-se outras vozes apartidárias que denunciavam as injustiças que eram promotoras as personalidades ligadas ao Governo angolano e ao MPLA. E, finalmente, em 2011 começam as manifestações que contestavam publicamente os “abusos” do Estado e do Governo do MPLA.

Em síntese, o *despoder* verificado em Angola entre 1975 e 2012 é de ordem jurídico-política, do conflito das liberdades individuais contra a autoridade do Estado ou ainda de um partido político militarizado e, finalmente, na exclusão econômica em relação à partilha das riquezas (quer no Governo quer na UNITA).

1. REPRODUÇÃO INTELECTUAL DO DESPODER

Pessoalmente definimos o *intelectual* no seu sentido estrito: “indivíduo que, pelos domínios do conhecimento e pela capacidade de refletir racionalmente, fazem da inteligência uma virtude de viver”. É nessa base que vamos abordar aqui. Dois domínios da reprodução intelectual que nos interessam são: (1) Artes plásticas; (2) Literatura. Colocamos de lado a música por duas razões. A primeira é que ela influencia sobremaneira a sociedade de forma massiva, ao ponto de reduzir a diferença entre *verdade* e *aparência*, e evitamos aqui cair numa leitura conclusiva cujas premissas confundem verdade com aparência. A outra razão tem a ver com as modalidades artísticas aqui eleitas: são de consumo reduzido em Angola, e produzidas por indivíduos intelectuais que são seguidos por outras pessoas que *reproduzem* a veia intelectual na sociedade e não só.

Do modo geral é possível comentar três “movimentos intelectuais”: (i) *Luanda urbana*; (ii) *Angola plural*; (iii) *Urbe local vs museke*. O primeiro determinou a época entre 1967 até 1975²³; o segundo fez a apoteose as ideologias da unidade nacional: 1977-1992; o terceiro ilustra a história social entre 1992 e 2008, que na verdade – num olhar político – se prolongou até 2012.

Nas artes plásticas, dois grupos de artistas definem cromática e tematicamente ao dar corpo à “Luanda urbana”. Por um lado, e antes de tudo, o “grupo acadêmico” que se serve dos seus capitais acadêmicos e culturais para construir linguagens e um discurso da fundação de um “espaço colhedor” que se caracteriza pela consciência dos valores artísticos endógenos. Esse

grupo será cristalizado por Victor Teixeira “Viteix”, arquiteto Trofa Real, Carlos Fernandes.²⁴ O outro grupo é liderado por autodidatas com outras valências e considerável capital cultural. Esse grupo foi cristalizado pela obra de António Ole e Eleutério Sanches. O diálogo estético protagonizado por estes intelectuais é de grande relevância e determinante. O primeiro grupo apoia ideologia independentista, celebrando as liberdades sufocadas, ao passo que o segundo condena diretamente o autoritarismo colonial. Ambos convergem na exploração dos valores endógenos da arte. São tidos como rebeldes passivos pela administração colonial. As discussões que estes levantaram desde o Primeiro Salão das Artes em Luanda (1967) até a independência, fizeram das artes plásticas um veículo diplomático onde, de forma inteligente e cordial, os “oprimidos” angolanos revoltavam contra as políticas totalitaristas de Portugal.

Na Literatura angolana, a “Luanda urbana” é suportada por três correntes: (i) escritores portugueses como Tomaz Viera Cruz, António de Assis Júnior, entre outros, deram corpo na *urbanidade* que tinham a Oralidade angolana e influenciaram autores como Óscar Ribas, Agostinho Neto, Arlindo Barbeitos, Costa Andrade (Ndunduma), Viriato da Cruz, David Mestre (Luís Filipe Guimarães da Mota Viega), etc.; (ii) a *urbanização da Oralidade* implicava dois aspectos: recriação artística da Oralidade angolana com a reprodução dos cânones herdados de Portugal. Geraldo Bessa Victor produziu “Kalundu” e “Menino negro não entrou na roda” com alguma originalidade. Luandino Viera “levanta a voz” contra a ditadura colonial nos seus contos entre 1957 e 1963.²⁵ Manuel Rui Monteiro publicou “Poesia sem notícia” (1967) e mais tarde a “Onda” (1973) que, na verdade, faz elogio aos novos paradigmas; (iii) a última corrente revaloriza e rivaliza o “a beleza endógena” com a “civilização”²⁶; (iii) António Jacinto escreveu “Poemas” em 1961²⁷ e Wanhenga Xitu (Agostinho André Mendes de Carvalho) dará um toque sublime, mas apenas em 1974 com contos romantizados.

“Angola plural” terá sido inicialmente um “movimento” que se viu silenciado pelas circunstâncias do país, tendo passado por diferentes épocas difíceis: (i) pós-independência. Com a desorganização política e o clima social de insegurança que se instalou em toda Angola, verificou-se que diferentes vozes discrepantes correspondiam a anatomia social de Angola. Somos de opinião que começa em 1977, pelo fato de alguns intelectuais, contra a opressão colonial, tornaram-se algozes dos intelectuais angolanos que contestavam a “liderança autocrática” de Agostinho Neto dentro do MPLA, assim como a forma exclusivista de garantir a integridade territorial em expulsar a República Democrática de Angola no Sul e no Norte. Por

²³ O ano que se realizou o Primeiro Salão

²⁴ Eminente com o seu Pop Art.

²⁵ Em 1957 ele escreve “A Cidade e a infância”; em 1961: “História de pequenos burgueses; em 1963: “Luanda”.

²⁶ Imposições coloniais que estavam sustentadas pelas leis.

outro, a guerra civil comprometendo a inteligência social, empobreceu a intelectualidade quer a nível do Governo com o MPLA, quer ao nível dos movimentos de libertação na sua fase de metamorfose para adequar-se aos novos desafios. Quer nas artes plásticas, quer na literatura verificam-se dois momentos: (i) diversidade sociocultural, divergência política e precariedade do capital humano: a proclamação de duas repúblicas diferentes e a guerra civil conduziram à destruição social das primeiras possibilidades de unificar Angola (1975-1977); (ii) intervenção do Estado e resistência social contra o Estado (1977-1992) verificou-se de três maneiras. Primeiro na classe política; segundo na manifestação social dos projetos políticos; terceiro na cultura social angolana.

Consideramos por “*Urbe local vs museke*” três pressupostos: (i) afirmação de uma só pertença identitária²⁷; (ii) metamorfose do *museke social*; (iii) colusão das discrepâncias sociais. No que diz respeito ao primeiro, verificou-se que o Estado angolano criou ferramentas e políticas que estimulavam “organizações sociais” (associativismo) como forma de controlar os “núcleos” e “redes socioculturais” que ditavam todas as manifestações pró ou contra-Governo. No segundo, os espaços sociais oriundos de *museke* conquistavam as “periferias do Poder” de maneira que a vizinhança do “Centro do Poder” proporcionou vários “espaços satélites”. Daí, a *velha ordem* conseguia ainda coordenar os focos sociais.

Nesse aspecto há três autores que nos interessam aqui para perceber as críticas: (1) Roderick Nehone com duas obras: (a) “O Ano do Cão”; (b) “Filho querido”; (2) Pepetela com duas obras: (a) “Jaime Bunda”; (b) “Geração da Utopia”; (3) Maria Celestina Fernandes com a obra intitulada “Filha do Soba”.

No geral são cinco textos que esteticamente retratam a imagem social com seus valores e suas dificuldades, e sociologicamente apresentam a *metamorfose do museke social* em três aspectos. A metalinguagem de Roderick Nehone procura uma “alegria social” inexistente, sobretudo quando naquela altura Angola estava em guerra passiva (1998: “Ano de Cão”).²⁹ Metáfora de “Cão” na cultura bantu é forte: “cão” representa “porta-voz” dos ancestrais (leis) juntos dos vivos (PLATÃO, 2005, p. 345 – 356), por isso deve ser bem tratado pelos humanos. Embora com menos robustez estética, “Patriotas” (1998) de Sousa Jamba faz-nos perceber que os escritores se assumem como “pilares da esperança”: o tom cómico, a linguagem desdramatizada caracterizam-nos. Pepetela fê-lo com alguma sátira modesta (KANT, 2001, p. 61 – 74), expondo com algum realismo as deselegâncias desta “alegria social”, *contrariamente* da pensada.

²⁷ “Vovô Bartolomeu” surgiu em 1979.

²⁸ Curiosamente a língua portuguesa passou a ser a segunda mais falada nos anos 1996-1999, depois de umbúndu (HODGES, 2002).

Finalmente, temos Maria Fernandes que nos faz perceber dois aspectos. Primeiro é a discrepância da “alegria social”. Talvez pela sua influência em Direito Nehone possibilita uma convergência. Hoje é possível perceber, mas não em 1998. Aliás, se no passado Pepetela cantou a “condescendência revolucionária” (Lueji), podemos olhar o “Ano do Cão” de Roderick Nehone como uma crítica de estilo sobre o *não-ser* (NIETZSCHE, 2006, p. 28) que melhor evoluiu com “Filho querido” (2011). Em 1975-1998, o angolano ainda era um “não-ser”, apesar das esperanças da Paz política. Daí, a metonímia de “cão” é reapreciada depois por Pepetela com “o Cão e os Caluanda” que retoma uma tragicomédia da incerteza.

Numa só palavra, grande parte dos intelectuais na Literatura reproduzem a *autoridade* do Estado de três maneiras:(a) partilham a esperança de viver na diferença; (b) recorrem em tragicomédia, desdramatização da desolação social; (c) interpretam as dificuldades sociais junto dos valores *mwangolê*.

Com essa postura eles “legitimam o Estado instituído” junto do povo. Isso tem duas vantagens e uma desvantagem. (a) vantagens: equilíbrio sentimental dos estratos sociais; vontade de defender a “nossa” pertença; (b) desvantagem: mal-interpretar as dificuldades do povo. Desta maneira, eles reproduzem as estruturas mentais à favor da unidade. Isto é por um lado. Por outro lado, há dois aspectos que é preciso salientar. O primeiro é que as críticas pseudosatíricas destes intelectuais da arte e literatura foram alertadoras, sem deslegitimar o Poder do Estado. Eles têm grande respeito pelas instituições e são monitoradas – através das suas estruturas mentais – pelo espírito da unidade. O segundo é o interesse do Estado em associar-se aqueles intelectuais preponderantes como forma de legitimar os ideais democráticos ao seu benefício, e raramente ao benefício do lesado: o povo. De todas as formas, os intelectuais angolanos são “agentes de equilíbrio”, ciente de que “nada é fixo, nem sequer há uma palavra fixa” (ABRANTES, 2005, p. 35).

Nas artes plásticas, a pintura de António Ole ilustra simbolicamente a Luanda urbana e os problemas que esta urbanidade tem, desde a imigração sociocultural, as dinâmicas socioeconómicas e até às transformações sociopolíticas: em todos os aspectos (cultural, político, económico), há invasão do rural. A maestria deste artista consiste em sintetizar, insistir apenas nos rastos e evitar toda a teatralização das cenas³⁰, tal como outros o fariam: Gumbe, Gongá³¹, Etona³², Kidá.

²⁹ Ainda se viviam dois sentimentos sociais principais: (i) pós-eleição 1992 proporcionou a desunião social eivada das pretensões étnicas ou raciais; (ii) conflito entre *museke* e *cidade* geriu a insegurança entre as pessoas.

³⁰ O artista diz (Culturgest, 2004, p. 17): «Para mim, a arte é uma soma de discurso [...]. Não estou preocupado em contar uma história.»

³¹ *Mixinge* (2001, p. 37-57); *Tons e Texturas da Angolanidade* (2003).

³² *A Triangularização dos Corpos* (1994).

Quer os romancistas, quer os artistas plásticos fazem apologia à *beleza simbial*³³, tentando reverter o sentido de “não-ser” que era o angolano em guerra. Nehone e Petela expõem um “querer-sermuntual”³⁴ natural”, em busca da harmonia social. Gumbe e Etona são da mesma opção artiplástica. Acontece que o “querer-sermuntual” é infra-social. Daí Maria Fernandes (Filha do Soba) e Gongga constroem uma “beleza simbial” necessária que correlaciona as divergências infra-sociais: um dançarino cômico de *mukixi* tradicional de Mumbala executará os mesmos passos que outro bailarino de Tênde, ao som do mesmo batuque, porque ambos são obrigados a respeitar a beleza simbial, bem como a semântica que o som apresenta. Aqui o “querer-ser” está diluído na reverência pelas normas ou “valores mwangolê”. Portanto, numa dança improvisada, mesmo se os passos executados constituíssem idiosincrasias nítidas, o “querer-ser” convergiria o diálogo gestual. Isso leva-nos a compreender a dualidade do bom: (i) o resultado de fazer o bem; (ii) a intenção de fazer o bem. É essa dualidade (ou dialéctica) que orienta as “estruturas mentais” dos artistas e escritores angolanos que, apesar das suas críticas, defendem a sua *unidade* e sua pertença.

2. KANDONGUEIRO: CONGRESSO ITINERÁRIO

Longe de rediscutir a tese de Birmingham sobre “velhos crioulos” vs “novos crioulos” (HODGES, 2002, p. 65 – 71) para perceber uma das origens da desigualdade em Angola – tese que se ajuste parcialmente nas *linguagens* do asfalto vs *linguagens* do museke – retomamos a questão das “estruturas mentais angolanas” com o *kandongueiro*. Trata-se de um fenómeno social muito interessante em Angola. O termo deriva de *kandongga* que, a sua vez, compõe-se pelo prefixo “ka”: local; e “ndôngga”: povo. Isto é, “pequeno povo”. Existiam vários caminhos que levavam ao centro, e ao longo de caminho existiam “pequeno povo” (aglomeração de pessoas, até 100 pessoas) onde havia pequeno mercado. Daí, o próprio “caminho onde há esses pequenos mercados” passou a significar *kandongga*. Como é lógico, quem faz negócio ao longo do caminho “kandongga” passou a ser considerado “mundôngi” ou, em português “kandongueiro”.

Mas, importa salientar que o *kandongga* é “ilegal” à luz das leis costumeiras, visto que os “bandôngi” (vulgo, *kandongueiros*) não pagam impostos (*mpâku*, em kikôngo; *dikôngo*, em kimbundu). Essa ideia ficou cristalizada com a imagem que se tinha sobre os Kôngo ligado ao comércio conta a herança social dos velhos crioulos em matéria de postes administrativos

³³ Demiurgos, ma beleza das musas. Uma beleza oriunda de Deus. *Simbi* (ou ñsimbi) quer dizer espírito das águas, das fntes, espíritos que fertilizam a sociedade.

(BIRMINGHAM, 1995, p. 91). Por outro, trata-se de um “comércio familiar” de pequenos capitais com pouca importância, comparando com *nzându* (mercado), *kintânda* (estabelecimento comercial), *kingômbe* (fluxo comercial) e *kinânga* (comércio financeiro).

Como podemos ver, *kandongueiro* é pejorativo na concepção consuetudinária em relação a *nzându*, *kintânda*, *kingômbe* e *kinânga*. Não mudou muito em relação ao *kandongueiro atual* que designa o serviço de táxi e o taxista de maneira que os pressupostos étnicos que o sustentam não são alheios: “um trabalho ilegal” daquilo que está correto. Curiosamente, o *kandongueiro* e todos que regularmente utilizam esses serviços passaram a posicionar na parte inferior da hierarquia social. Podemos teoricamente compreender isso de várias maneiras.

A sexualização do trabalho (Divisão do trabalho) hierarquizou o trabalho de casa em relação ao trabalho fora da casa, de maneira que as razões culturais legitimaram essa hierarquia. Mais tarde, a qualidade da mão-de-obra vista através do *labor* (força do trabalho) produziu riqueza em relação a mão-de-obra sem qualificações. Verificou-se, também, que a relação de produzir e consumir proporciona a hierarquia de mandar e obedecer. Finalmente, a construção da cidade e do asfalto depende da “produção da aldeia e museke”. Da mesma maneira, a garantia da cesta básica do cidadão/habitante da cidade depende do suor do aldeão/camponês. Apesar da qualificar a mão-de-obra rural, Urbe manda sobre ela. Isto é, a urbanização traz outra hierarquia entre o centro, periferia e interior.

Vamos voltar à *kandongueiro* em três aspectos: (i) taxista e dono do carro; (ii) linhas feitas e ocorrências; (iii) diálogos *kandongueiros*. A partir dos anos 1990, mas sobretudo a partir de 2002, jovens desempregados encontravam oxigénio social em ter carta de condução e desempenhar os serviços de “taxista” visto que tinha lucro. Os serviços policiais de trânsito, ao mesmo tempo, passou a ser lucrativo: efetivos de trânsito optavam trabalhar na rua do que nos gabinetes porque nas estradas eles rentabilizavam mais. Pessoas com poderes políticos perceberam a capacidade económica, de maneira que alguns – senão muitos deles – investiram em carros com fins de *kandongueiro*. O contraste é que, o ilegal produzia mais benefícios de maneira que essa opção passava sempre em segunda ou terceira pessoa indireta dos “donos dos hiaces”. Eles mostravam a cara apenas quando seus carros foram confiscados ou, sobretudo, em caso dos incómodos dos trânsitos na via.

É verdade que mesmo antes da vinda dos europeus, *kandônga* tem um aspecto de ilegalidade (como já frisamos antes). Na atualidade, e visto que é um negócio rentável que envolve motoristas que nunca foram a escola de condução, e agentes corruptos da polícia, tornou-se mais complexo ainda, mas sempre com timbre de ilegalidade (apesar de legalizá-lo). O

³⁴ Deriva de *muntu*, pessoa nas línguas bantu.

que se verifica é que Angola começou a verificar vários acidentes nas estradas. Muitas vítimas mortais, como também gravemente feridos.

Passamos agora aos diálogos *kandongueiros*. Entre 2008 e 2012 recolhemos 571 conversas em diferentes cantos do país, com realce em Luanda, Uíge, Benguela, Huila e Malanje. Das nossas análises modestas, preferimos chamá-las de *diálogos* em comparação aos *diálogos socráticos*. E notamos que essas conversas constituem: (i) manifestação contra o Poder central; (ii) afirmação sociopolítica de um Partido político anónimo; (iii) descontentamento da pobreza; (iv) visão crítica do instituído e as políticas públicas.

Na verdade, *kandongueiro* é um espaço com múltiplas formas. De todas essas formas, ele é frequentado por urbanos, rurais, intelectuais, acadêmicos, desempregados, funcionários públicos, políticos, etc. As ideias circuladas no *kandongueiro* refletem o *real Angola social*, exprimem as situações sociais, econômicas, culturais e políticas do país. Se por um lado, é um espaço vulnerável para semear ideias políticas ou não, também apresenta muitas porosidades de desinformação. Circulam verdade, inverdades, não-verdades, “fake-news”, etc. Pior ainda é que, por orientação política de vários entrevistados, durante as trajetórias os taxistas são obrigados a colocar apenas determinados “canais radiográficos”. É salutar quando coincidem com os diálogos *kandongueiros*. Destes diálogos, muitas vezes surgem discussões – as vezes agressivas – que opõem pessoas de diferentes orientações políticas. A verdade é que esse fato tem mudado a topografia política partidária das forças políticas em Angola, contrariamente a povoação das cidades.

Há um ponto que interessam-nos debruçar para fechar esse ponto: “desapreço” perante o reprodutor do Poder central. É interessante que dos diálogos *kandongueiros* – das 571 conversas levantadas – menos de 9% conhecem escritores, artistas plásticos angolanos. Mais de 94% conhecem os músicos da atualidade. Isto é, dos gêneros artísticos que apresentam um rigor dos capitais simbólicos (língua portuguesa; códigos de gosto, metalinguagens, estética visual, etc.) com menos de 9% pode indicar a qualidade do cidadão que utiliza o *kandongueiro*. Portanto, ele representa a maioria social angolana. Dos mais de 94% que conhecem os músicos, menos de 12% percebe a música qualitativa. Os novos instrumentos de marketing publicitam, sobremaneira, os produtos musicais: se nos anos 1992-2007 os táxis serviram de veículo, a partir de 2008 até agora os canais televisivos dedicados na música são decisivos na orientação musical de muitos angolanos.

As imagens passaram a servir significativamente na influência da sociedade. Por um lado, os empresários musicais colocam as meninas seminuas, escolhendo aquelas cujos corpos é sexualmente atraente. Por outro, a preocupação da qualidade da música pouco importa quer pelo

capital estético do povo, quer pela estratégia mercantil do produto em si. Perante a quase inoperacionalidade do Ministério da Cultura nessa matéria – por não dispor ainda de instrumentos eficazes e pela cultura de guerra reinando entre os angolanos – assiste-se a desculturação dos angolanos pela produção visada pela popularidade. Quer dizer, pela vulgaridade.

É justamente esta vulgaridade que se associou a ruralidade (não significa que todos que vivem nos meios rurais sejam vulgares). Preocupante é muitos das pessoas que vivem nos meios rurais, ou que vieram dos meios rurais, e outros que vivem nos *museke* e meios rurais, e que frequentam a escola apresenta poucos “antivírus” contra essa vulgaridade. A escola (da primária até universitária) torna-se cada vez mais impotente em transformar a vulgaridade para utilidade. Corre-se o perigo de encontrar nos corpos professorais (da escola primária até universitária) uma dose elevada desta vulgaridade, e por consequente ver a socialização efetivar-se em apoteose da vulgaridade. Em suma, *kandongueiro* é uma voz anti-Estado e anti-urbano principalmente no que diz respeito a reprodução dos espaços sociais pela Elite ou seu representante fantasma. Ele manifesta-se como o campo de efervescência das estruturas mentais, propício para batalhas políticas ou sondagem de opinião pública sobre determinadas questões.

3. CONCLUSÃO

Angola nasceu no *despoder* (República: RPA vs RDA) e construiu-se como Estado de Direito na base do diálogo tenso entre o instituído (Governo legal), o revoltado (guerra civil) e o insatisfeito explorado (sociedade sofredora).³⁵ Isto é, falando da consciência do povo no âmbito sociopolítico. Os agentes culturais-educacionais reproduziram *epistemes* do *Despoder*, como se estivessem “ao serviço” do pugilismo político. Será que o povo aceitou indiferentemente as imposições do Estado e dos intelectuais? Resposta: partindo da experiência do *kandongueiro*, a resposta é “não”. Por três razões: (i) é a vítima do *despoder*; (ii) é excluído na partilha das riquezas em nome do *despoder*; (iii) revolta-se por estar insatisfeito em relação ao sistema do *despoder*.

O *Despoder* em Angola é um tema interessante por envolver história e a sociologia, ao ponto de perdemos limites quer na metodologia de interpretar os fenômenos sociais, quer nos limites de caracterizar a “longue durée”. Mais interessante ainda é o fato de nos oferecer leitura

³⁵ Quer na cidade quer na aldeia, quer os diplomados quer os analfabetos todos sentem-se explorados, logo insatisfeitos. Em tese, o ambiente social de uma cultura de guerra não prognosticaria outro resultado. Agora a questão atual deste *despoder* é “como fazer para melhorar o quadro?”.

simples das questões sociais complexas e a forma como se constrói a consciência dos povos através delas.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos

ANTT/SCCIA, “Para independência de Angola”, Cota actual, Proc. Inf. Liv. nº. 226.

A.F.M.S., “Assembleia Extraordinária Regional da Iª e IIª Regiões do MPLA”, pasta# 04317.002.005 (11 fls).

“Kinshasa, 6688, July 20, 1975”, <www.archives.gov/aad/serie-description.jsp>

Livros sobre Angola

ANSTEE. M.J. **Órfão da Guerra fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/1993**. Porto: Campo das Letras, 1997.

BARBEITOS, A. **A sociedade civil: Estado, Cidadão e Identidade em Angola**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

BATSÍKAMA, P. Leitura antropológica sobre angolanidade. **SANKOFA** nº.11: Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, Ano VI, Agosto, p.51-70, 2013.

BIRMINGHAM, D. Language is Power: Regional Politics in Angola. HART, K; LEWIS, J. (eds), **Why Angola Matters**, Oxford: Cambridge, 1995.

CARVALHO, P. **Angola, quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as ciências políticas, económica e social**. Lisboa: CELTA, 2002.

COMERFORD, M. G. **The peacefull face of Angola. Biography of peace process (1991 to 2002)**. John Meinert Printing, 2005.

CONCEIÇÃO, J. M. N. P. **Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)**. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.

HEITMAN, H-R **War in Angola: The Final South African Phase**. Gibraltar: Ashanti Publishing (1990).

HEYWOOD, L. UNITA and Ethnic Nationalism in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, #27, I, p.47-66, 1989.

HODGES, T. **Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism**. Oxford: James Currey, 2002.

MABEKO-TALI, J.M. **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**. Lisboa: Mercado do Livro, 2019.

- MARCUM, J. **The Angolan revolution. The anatomy of explosion (1950-1962)**, Volume I. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1969.
- MARCUM, J. **The Angolan revolution. The anatomy of explosion (1962-1976)**, Volume II. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1978.
- MATROSSE, D. **Memórias e reflexões**. Lunada: Nzila, 2008.
- McDONALD S. Savimbi Misrepresents UNITA History. **Washington Report on Africa**, 6, #13, August 1, 1988, p.47, 49, 1988.
- MESSIANT, C. **Angola post-coloniale. Vol.I: Guerre et Paix sans démocratisation**. Paris: Karthala, 2008.
- MILHAZES, J **Angola: o princípio do fim da união Soviética**. Lisboa: Nova Veja, 2009.
- MUEKALIA, J. **Angola: A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia**. Lisboa: Sextante Editora, 2010.
- N'GANGA, J.P. **O pai do nacionalismo angolano. As memórias de Holden Roberto, Volume I. 1923-1974**. São Paulo: Editora Parma, 2008.
- PARSON, I. **War and the formation of State in Angola: Extraversion from the pre-colonial period to post-Independence**. (Tese de Doutoramento) Londres: London School of Economics, 2006.
- ROQUE, F.M. **Construir o futuro em Angola**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- SÁ, T.M. **Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola**. Lisboa: Dom Quixote, 2011.
- SAKALA, A. **Memórias de um guerrilheiro. Os últimos anos de guerra em Angola**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- SANGO, A.O.J. Angola – uma tentativa de acomodação das diferenças. In: **II RIHA**, p. 131-146, 1996.
- SHUBIN, V. G. **The Hot Cold War – The USSR in Southern Africa**. London: Pluto Press, 2008.
- STOCKWELL, J. **CIA contra Angola**. Lisboa: Ulmeiro, 1979.
- VALAHU M. **Angola: clé de l’Afrique**. Paris: Nouvelles Éditions Latines, 1966.
- WALTERS, R.M. **Racism and revolution: a case study of Angola**. Simon Fraser University (Dissertação de Mestrado em Political Science, Sociology and Anthropology), 1973.
- WRIGHT, G. **A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945**. Luanda: Nzila, 2001.

Livros sobre África

APPIAH, A.K. **In my Father's House. Africa in the philosophy of culture.** New York: Oxford University Press, 2010.

BADIE, B. **L'Etat importé : l'occidentalisation de l'ordre politique.** Paris: Fayard, 1992.

BATSÏKAMA, P. Estado-nação em África. Congo-Brazzaville e Congo-Kinsâsa. **Revista Africa(s).** Vol. 01, n. 02, p. 55 – 79, 2014c.

BÉNOT, Y. **Idéologies des indépendances africaines.** Paris: François Maspero (cahiers libres 139-140) 1969.

FELTZ, G. État-nation face au processus de transition en Afrique noire. In: **Omaly Sy Anio**, 1994, vol.31-33, p.713-729.

KAARSHOLM, P. **States of Failure, Societies in Collapse. Violence, political culture & development in Africa.** Oxford: James Currey, 2006.

NGBANDA, H.N.T. **Afrique: démocratie piégée.** Paris: Equilibres Aujourd'hui, 1994.

SALAZAR, A.O. **A política de África e os seus erros.** Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1967.

Livros gerais

ANDERSON, B. **Imagined communities: reflexions on the origin of and spread of nationalism.** London: Verso, 1983.

BALANDIER, G. **Antropologia política.** Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BALANDIER, G. **Le pouvoir sur scène.** Paris: Ballard, 1980.

BARRACHO. **Poder, autoridade e liderança.** Lisboa: Universidade Lusíadas Editora, 2008.

BORDIEU, P. **Raisons pratiques sur la théorie de l'action.** Paris: Points, 1996.

CLASTRES, P. **Society against the State.** Oxford: Basil Blackwell, 1977.

FUKUYAMA, F. **O Fim da História e o Último Homem.** Lisboa: Grávida, 1992.

GEERTZ, C. **Interpretation of Cultures.** New York: Basic/Institute of Advanced Study, Princeton University, 1973.

GIDDENS, A. **A Contemporary Critique of Historical Materialism. Vol. I. Power, Property and the State.** London: Macmillan, 1981.

GIDDENS, A. **A Contemporary Critique of Historical Materialism. Vol. II. The Nation-State, Violence.** London: Polity, 1985.

HABERMAS, J. **Après L'État-nation: une nouvelle constellation politique.** Paris: Fayard, 2000.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2004, 2ª edição.

LEAL, E. C. **Nação e nacionalismos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

MONTEIRO, J.A.P. **Poder e Obediência**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (Tese de Doutoramento: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), 2003.

REAGAN, R. **Os diários de Reagan**. Alfragide: Casa das Letras, 2009.

Recebido em: 18/06/2019

Aprovado em: 29/06/2019